



## **DECRETO nº 11.292, de 26 de abril de 2004**

Regulamenta o Capítulo VII da Lei nº 3.789, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre infrações e penalidades ambientais e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 92, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei nº 3.789, de 23 de dezembro de 2003;

### **DECRETA**

#### **Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Para os fins previstos neste Decreto, entende-se por:

I - Licenciamento Ambiental - o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, desde que verificado, em cada caso concreto, que foram preenchidos pelo empreendedor os requisitos legais exigidos;

II – Licença Ambiental - ato administrativo pelo qual o órgão ambiental estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos naturais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aqueles que, sob qualquer forma possam causar degradação ambiental;

III - Licença Prévia (LP) - licença requerida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade, em que se avalia a localização e a concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos nas próximas fases;



IV - Licença de Instalação (LI) - licença que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante; nesta fase são analisados os projetos e somente após a emissão deste documento poderão ser iniciadas as obras do empreendimento/atividade;

V - Licença de Operação - licença que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação; somente após a emissão deste documento o empreendimento ou a atividade poderá iniciar seu funcionamento;

VI – Licença Sumária - licença cabível somente para os empreendimentos e atividades de pequeno porte, assim definidos pela Deliberação Normativa nº 01, de 19 de junho de 2000, do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem - COMAC, e não listados na Deliberação Normativa nº 01, de 22 de março de 1990, do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, cujas especificidades, a critério da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, não exijam a elaboração de estudos ambientais, tais como: Estudo de Impacto Ambiental- EIA, Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, Relatório de Controle Ambiental - RCA e Plano de Controle Ambiental - PCA. Nesse caso, o licenciamento compete ao Secretário de Meio Ambiente, mediante a apresentação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de uma Declaração de Caracterização do Empreendimento/Atividade, preenchido pelo requerente e analisado pela área técnica;

VII - Licenciamento Simplificado - procedimento que isenta, a critério da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, a fase relativa à licença prévia, dos empreendimentos e atividades de pequeno porte, assim definidos pela Deliberação Normativa nº 01, de 19 de junho de 2000, do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem - COMAC, e não listados na Deliberação Normativa nº 01, de 22 de março de 1990, do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, não passíveis de licenciamento sumário;

VIII – Declaração ou Atestado - documento emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA que relata e/ou comprova um fato e/ou uma situação de um empreendimento ou atividade, não tendo caráter autorizatório;

IX – Autorização - documento discricionário e precário que autoriza ao requerente a realização de determinada atividade ou serviço bem definidos;

X - Declaração de Caracterização do Empreendimento/Atividade - registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas (empreendimentos, atividades industriais, serviços, comércio, transporte), cujas atividades sejam passíveis de licenciamento sumário, em que o requerente se compromete a relatar a situação atual do empreendimento/atividade, para fins de obtenção de licença sumária;

XI - Situações de emergência ambiental - são ocasiões que representam riscos ao meio ambiente, como acidentes ocorridos em fontes ou nas mais diversas atividades potencialmente poluentes, podendo ser caracterizada por vazamentos de produtos químicos, mortandade de peixes, descarte clandestino de resíduos, acidentes rodoviários, ferroviários e hidroviários no transporte de produtos perigosos (explosivos, inflamáveis, tóxicos, radioativos etc.), dentre outros.



## **Capítulo II**

### **DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 2º** A fiscalização do cumprimento das normas de proteção e conservação do meio ambiente será exercida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA.

**Parágrafo único.** A fiscalização poderá ser exercida também por eventuais órgãos seccionais de apoio previstos no art. 4º, inciso III da Lei nº 3.789, de 23 de dezembro de 2003, a serem criados para este fim, aos quais se submeterão a todo o disposto por este Regulamento, restando equiparados, sempre que possível, seus agentes, aos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA.

**Art. 3º** No exercício da ação fiscalizadora fica assegurada aos agentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA a entrada em estabelecimento público ou privado durante o período de atividade, neles permanecendo pelo tempo necessário, não podendo ser negadas aos referidos agentes informações e vistas a projetos, instalações, dependências e demais unidades do estabelecimento sob inspeção.

**§ 1º** A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, quando necessário, poderá requisitar apoio policial para garantir o cumprimento do disposto neste artigo em qualquer parte do território do Município.

**§ 2º** A mesma garantia é estendida ao Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem - COMAC e às suas comissões, quando da realização de vistorias aos empreendimentos.

**Art. 4º** Cumpre aos agentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA:

I - efetuar vistoria em geral, levantamentos e avaliações;

II - verificar a ocorrência de infração;

III - lavrar de imediato auto de fiscalização e, se for o caso, autos de infração, embargo, suspensão de atividades e apreensão de objeto, fornecendo cópia ao autuado, contra recibo.

**§ 1º** O auto de fiscalização conterá a descrição detalhada da vistoria realizada pelo fiscal ou técnico, será utilizado como peça de instrução do processo e deverá ser assinado pelo responsável pelo empreendimento/atividade fiscalizado.

**§ 2º** No auto de fiscalização haverá um campo denominado “Histórico de Natureza Ambiental”, destinado a informação sobre possíveis ocorrências e/ou infrações anteriores.

**§ 3º** Na ausência de representantes da empresa ou acaso presentes, se recusem a assinar o auto de fiscalização, deverá ser colhida a assinatura de uma testemunha e enviado o respectivo auto pelo correio.

**Art. 5º** Para avaliação do cumprimento das obrigações assumidas para a obtenção de Licença de Instalação e de Licença de Operação, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA poderá determinar ao empreendedor, quando necessário, a adoção de dispositivo de medição, análise e controle.



### **Capítulo III**

#### **DAS PENALIDADES**

**Art. 6º** Aos infratores dos dispositivos da Lei nº 3.789, de 23 de dezembro de 2003, deste Regulamento e das demais normas deles decorrentes, serão aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo das cominações cíveis e penais cabíveis:

I – advertência;

II – multas, aplicadas no valor de R\$379,11 (trezentos e setenta e nove reais e onze centavos) a R\$70.000,00 (setenta mil reais), observado o disposto neste Regulamento;

III – suspensão, total ou parcial, de atividades ou de funcionamento de equipamentos geradores de poluição, contaminação, distúrbios sonoros ou de vibração ou de outras incomodidades;

IV – cassação de alvarás e licenças;

V – apreensão dos produtos ou objetos da infração;

VI – embargo de obras;

VII – demolição de obras;

VIII – não concessão, restrição ou suspensão de incentivos fiscais e de outros benefícios concedidos pelo Município ou por empresa sob seu controle direto ou indireto, enquanto perdurar a infração.

**Parágrafo único.** A critério do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem – COMAC ou da Câmara Especializada na Apuração de Penalidade Ambiental - CAP poderá ser imposta multa diária, que será devida até que o infrator corrija a irregularidade.

**Art. 7º** A tipificação e a classificação das infrações à Lei nº 3.789, de 23 de dezembro de 2003, e definição das penalidades e procedimentos fiscais aplicáveis estão relacionadas no Anexo I deste Decreto

**§ 1º** Na aplicação das penalidades também serão observados, no que couber, o porte do empreendimento, a situação econômica do agente, seus antecedentes e as seguintes circunstâncias:

I - atenuantes:

a) reparação imediata do dano ou limitação de degradação ambiental causada;

b) comunicação imediata do dano ou perigo de dano à autoridade ambiental.

II - agravantes:

a) reincidência;

b) maior extensão da degradação ambiental;

c) dolo, mesmo eventual;



- d) danos permanentes à saúde humana;
- e) ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

- f) atingir área sob proteção legal;
- g) emprego de métodos cruéis na morte ou captura de animais.

§ 2º A infração terá sua gravidade acentuada, passando de leve para grave e/ou de grave para gravíssima, quando se der nos casos considerados como situações excepcionais, nos termos do inciso XI, do artigo 1º deste Decreto.

#### **Capítulo IV**

#### **DA FORMALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DAS PENALIDADES**

**Art. 8º** Constatada a infração, será lavrado o respectivo auto em 3 (três) vias, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação do processo administrativo, devendo aquele instrumento conter:

- I - nome do autuado, com o respectivo endereço, bem como os demais elementos necessários a sua qualificação e identificação civil;
- II - o fato constitutivo da infração e o local, hora e data da sua constatação;
- III - a disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação;
- IV - ciência, pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;
- V - o prazo para apresentação da defesa;
- VI - a assinatura do autuante e do autuado.

**Art. 9º** Durante a vistoria, o fiscal poderá aplicar, imediatamente, segundo parâmetros previstos na Lei e neste Regulamento, as seguintes penalidades:

- I – advertência, por escrito, para o restabelecimento, no prazo fixado, em prazo determinado em cronograma aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, das condições, padrões e normas pertinentes, nos casos previstos no Anexo I;
- II – apreensão dos produtos ou objetos da infração;
- III – embargo de obras;
- IV – suspensão imediata ou redução das atividades, nos termos do art. 26 deste Decreto.

**Art.10** A advertência implica a obrigatoriedade de o infrator sanar a irregularidade dentro do prazo fixado.



**Art. 11** Não poderá ser aplicada advertência quando:

I - o infrator já tiver sido autuado por cometimento da mesma infração no período compreendido pelos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;

II - nos demais casos previstos no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Caso haja descoberta posterior de que o autuado se enquadrava no caso previsto no inciso I, do *caput* deste artigo, a advertência converter-se-á em multa simples, nos termos do art. 13 e deverá ser notificado o autuado para que, se quiser, apresente defesa no prazo previsto neste Regulamento.

§ 2º Não será considerado reincidente o infrator que, advertido, houver cumprido as condições, padrões e normas pertinentes estabelecidas quando da advertência, ou recolhido a multa convertida nos termos deste Decreto.

**Art. 12** Os prazos para o cumprimento da advertência estão previstos no Anexo I deste Decreto.

**Art. 13** O descumprimento das medidas exigidas na advertência, acarretará a sua conversão em multa simples, segundo os valores previstos no Anexo I deste Decreto.

**Art. 14** Na aplicação da penalidade de multa serão observados os seguintes valores, atualizados segundo o § 14 do art. 34, da Lei nº 3.789, de 23 de Dezembro de 2003:

I - de R\$ 379,11 a R\$ 7.000,00, no caso de infração leve;

II - de R\$ 7.001,00 a R\$ 35.000,00, no caso de infração grave;

III - de R\$ 35.001,00 a R\$ 70.000,00, no caso de infração gravíssima.

**Art. 15** A multa aplicada poderá ser transformada em obrigação de execução de medidas de interesse de proteção ambiental, além das exigidas por Lei, conforme Deliberação Normativa do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem – COMAC.

**Art. 16** No caso de reincidência em infração punida com multa, esta será aplicada em dobro.

**Parágrafo único.** A reincidência cessará após 5 (cinco) anos do cumprimento das obrigações pelo responsável.



**Art. 17** A imposição de multa diária, prevista no § 8º, do art. 33 da Lei nº 3.789, de 23 de dezembro de 2003, e no parágrafo único do artigo 6º deste Regulamento, ocorrerá segundo determinado pelo Anexo I deste Decreto e será suspensão a partir da comunicação escrita pelo infrator de que foram tomadas as providências exigidas.

§ 1º O efeito suspensivo, de que trata este artigo, cessará se verificada a inveracidade da comunicação.

§ 2º Após a comunicação mencionada no *caput* deste artigo, será feita inspeção, retroagindo o termo final de aplicação da penalidade à data da comunicação.

§ 3º A imposição da multa diária por período superior a 30 (trinta) dias, sem que haja solução para o problema ambiental, ensejará a suspensão da atividade pela Câmara Especializada na Apuração de Penalidade Ambiental - CAP ou pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem - COMAC ou, *ad referendum* deste, pelo seu Presidente.

**Art. 18** A penalidade de apreensão será aplicada, sem prejuízo das penalidades de advertência e multa, quando a utilização dos produtos ou equipamentos estiver:

I - em desacordo com o licenciamento ou sem este, para atividades passíveis de licenciamento;

II - acarretar em incômodos à população, danos à saúde pública, aos recursos naturais e econômicos;

III - nos demais casos previstos no Anexo I deste Decreto.

**Art. 19** O produto ou equipamento apreendido será restituído mediante pedido expresso e formalizado pelo autuado, dirigido à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, condicionado à comprovação de depósito do valor correspondente à multa aplicada, quando cabível, acrescida do preço público de remoção, transporte e guarda do bem apreendido, definido em Decreto, e da origem regular do produto.

§ 1º O produto ou equipamento apreendido e não reclamado no prazo fixado em Regulamento, variável conforme a natureza do bem, e nem retirado no prazo fixado para liberação, será vendido em hasta pública ou doado ao órgão municipal de meio ambiente, de acordo com a conveniência do Poder Executivo.

§ 2º A liberação de bens e equipamentos apreendidos advindos de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental, mas não licenciados, depois de cumpridas todas as exigências e disposições previstas no *caput* deste artigo, deverá assinar Termo, mediante documento próprio expedido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, declarando conhecer a legislação pertinente e se comprometendo a não utilizar o bem antes da obtenção da licença cabível.



**Art. 20** O infrator não licenciado, que não for identificado nos autos e que não atender às disposições deste Decreto, não poderá reaver os bens e equipamentos apreendidos, dada à impossibilidade do Poder Executivo identificá-lo como o proprietário dos mesmos.

**Art. 21** Havendo impossibilidade de identificar o infrator não licenciado, nos termos do artigo anterior, os produtos e equipamentos serão guardados até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da apreensão e, não havendo nova manifestação com o cumprimento de todas as exigências deste Decreto pelo interessado, serão doados ao órgão municipal de meio ambiente ou vendidos em hasta pública.

**Art. 22** Os equipamentos, materiais ou mercadorias apreendidas, fruto de demolição ou remoção, cuja destruição seja inevitável, além de produtos considerados impróprios para doação, saúde e segurança pública serão inutilizados ou encaminhados ao aterro sanitário, observada a legislação ambiental.

**Parágrafo único.** O Município não se responsabilizará pelos eventuais danos que possam ser causados aos bens do infrator, em decorrência do fiel cumprimento dos atos de demolição, remoção e apreensão.

**Art. 23** No caso de produto ou equipamento cuja remoção ou guarda seja impossibilitada em virtude de seu tamanho ou periculosidade, o mesmo deverá ser lacrado e encaminhado a local determinado pelo proprietário para que o guarde, devendo o autuado assinar Termo Próprio se comprometendo a não utilizá-lo enquanto perdurar a apreensão.

**Art. 24** O embargo de obras será aplicado quando a obra não estiver obedecendo às determinações legais ou regulamentares pertinentes à matéria ambiental, não possuir licença ambiental devida, ou esteja fora dos limites da mesma.

**Parágrafo único.** Caso o fiscal verifique a inobservância de qualquer outra determinação legal ou regulamentar, deverá proceder à comunicação ao órgão responsável.

**Art. 25** A determinação da aplicação das penalidades de que tratam os incisos III, IV, VII, VIII, do art. 6º deste Regulamento será de competência da Câmara Especializada na Apuração de Penalidade Ambiental - CAP ou do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem - COMAC, a partir da efetiva constatação da gravidade do dano decorrente da infração, à vista de proposta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, após apuração em processo administrativo e segundo os critérios descritos no Anexo I deste Regulamento.

**Parágrafo único.** As penalidades citadas no *caput* deste artigo, com exceção da demolição de obra, só poderão ser aplicadas a partir da reincidência em infração penalizada com multa.





**Art. 26** Nos casos de iminente risco para vidas humanas, de dano à saúde pública, aos recursos naturais e econômicos, a bens e propriedades públicos ou privados, ou em qualquer hipótese em que o fato gerador do distúrbio, pela sua natureza e duração não admita protelação da sua suspensão, o infrator terá suas atividades suspensas ou reduzidas, em caráter preventivo, durante o tempo em que se fizer necessário para se corrigir a irregularidade, exigindo-se, sempre, o relatório com justificativa.

§ 1º O relatório deverá contemplar, genericamente, uma avaliação, quantitativa ou qualitativa, do fato gerador da suspensão prevista no *caput* deste artigo, visando a determinação da probabilidade da atividade produzir danos, conjugada com a severidade desses danos.

§ 2º Para avaliação dos riscos a que estão expostas a população e o meio ambiente o relatório deverá contemplar informações, tais como: níveis de efeitos físicos que devem ser pesquisados no cenário acidental; grau de tolerabilidade de risco; possíveis medidas de controle a serem adotadas nos diferentes casos; detalhamento do risco para a comunidade e fixação de critérios e instruções técnicas necessárias.

§ 3º Dependendo dos impactos que esses episódios podem causar à população e ao meio ambiente, deverá ser definido o tipo de plano:

I - Plano de Contingência, que detalhará a ação conjunta dos órgãos públicos e empresas privadas em caso de emergência de grande porte;

II - Plano de Ação para Emergência, que será exigido em caso de risco ambiental.

**Art. 27** Para quaisquer das penalidades previstas no art. 6º deste Decreto, o autuado tomará ciência da autuação:

I - pessoalmente, por seu representante legal ou preposto,

II – pelo correio, através de carta registrada, com Aviso de Recebimento (AR).

III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido;

§ 1º Se o infrator for autuado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a lavratura do auto de infração.

§ 2º O edital referido no inciso III deste artigo, será publicado uma única vez, no Diário Oficial do Município, contando-se os prazos legais a partir da data da publicação.

**Art. 28** O autuado poderá apresentar defesa dirigida à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do auto de infração.

**Art. 29** A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA determinará a formação de processo relativo à autuação e, esgotado o prazo de que trata o artigo anterior, efetuará o julgamento das infrações leves e graves.



**Parágrafo único.** Nos casos de infrações gravíssimas, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, após a formação do processo, encaminhará o expediente à Câmara Especializada na Apuração de Penalidade Ambiental - CAP para dele conhecer, com informação e parecer sobre a irregularidade constatada e as razões da defesa.

**Art. 30** As multas previstas neste Regulamento deverão ser recolhidas pelo infrator no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da notificação da decisão proferida no julgamento do auto, sob pena de inscrição em dívida ativa.

§ 1º O recolhimento deverá ser feito em qualquer agência de estabelecimento de crédito oficial da Prefeitura de Contagem, nos termos do art. 39, § 2º da Lei nº 3.789, de 23 de Dezembro de 2003.

§ 2º O não recolhimento da multa no prazo fixado, além de sujeitar o infrator à decadência do direito de recurso, acarretará juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês subsequente ao do vencimento do prazo fixado para o recolhimento.

## **Capítulo V**

### **DOS PROCEDIMENTOS**

#### **Seção I**

##### **Do Pedido de Reconsideração**

**Art. 31** O pedido de reconsideração deverá ser dirigido:

I - ao Presidente Câmara Especializada na Apuração de Penalidade Ambiental - CAP, no caso de penalidade de multa, por infrações consideradas gravíssimas;

II - à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, nos demais casos.

**Parágrafo único.** O pedido de reconsideração deverá ser protocolizado, em qualquer caso, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento, pelo infrator, da notificação do julgamento do auto.

**Art. 32** O pedido de reconsideração de penalidade imposta pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA ou pela Câmara Especializada na Apuração de Penalidade Ambiental - CAP não terá efeito suspensivo, salvo quando, a Reconsideração for feita através de Termo de Compromisso, firmado pelo infrator, obrigando-se à eliminação das condições poluidoras dentro de prazo razoável fixado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA em cronograma físico - financeiro, e aprovado pelo



Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem - COMAC, nos termos de deliberação normativa própria.

§ 1º O Termo de Compromisso a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser requerido no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da notificação da decisão proferida no julgamento do auto.

§ 2º Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, a multa, quando cabível, poderá ter o seu valor reduzido em até 50% (cinquenta por cento).

§ 3º Não será objeto do Termo de Compromisso a exigência de formalização do processo de Licenciamento Ambiental.

§ 4º Em se tratando de infração por falta de licenciamento ambiental, uma vez comprovada a obtenção da licença, o infrator fará *jus* ao benefício a que se refere o § 2º deste artigo.

**Art. 33** A ausência de cumprimento do Termo de Compromisso acarretará a cobrança da multa suspensa, quando for o caso, com o acréscimo previsto no § 2º do art. 30 deste Regulamento, sem prejuízo da aplicação de outras cominações.

## Seção II

### Do Recurso Administrativo

**Art. 34** Da decisão que definir a aplicação da penalidade ou que indeferir o pedido de reconsideração formulado pelo infrator caberá recurso, em última instância, sem efeito suspensivo, dirigido:

I - ao presidente da Câmara Especializada na Apuração de Penalidade Ambiental - CAP, nos casos de julgamento proferido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA;

II - ao presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem - COMAC, nos casos de julgamento proferido pela CAP.

§ 1º As decisões a que se refere este artigo serão notificadas, por escrito, ao infrator pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, através de carta registrada, com Aviso de Recebimento(AR).

§ 2º A petição de recurso deverá ser protocolizada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento, pelo infrator, da notificação da decisão recorrida.

**Art. 35** Não será conhecido o recurso desacompanhado de cópia autenticada da guia de recolhimento da multa.

**Parágrafo único.** No caso de aplicação de multa diária, o recolhimento a que se refere este artigo deverá ser efetuado pela importância pecuniária correspondente ao período compreendido entre a data do auto de infração e a da interposição do recurso.



**Art. 36** No caso de cancelamento de multa imposta, decorrente de provimento de recurso nesse sentido, o valor a ser restituído será o correspondente ao valor da multa, no mês da restituição.

**Parágrafo único.** A restituição da multa recolhida deverá ser requerida à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMA, através de ofício instruído com:

I - nome do requerente e seu endereço;

II - número do processo administrativo a que se refere a restituição pleiteada;

III- cópia da guia de recebimento;

IV - certidão do provimento do recurso.

## **Capítulo VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 37** Ao Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem - COMAC compete baixar deliberações aprovando instruções, normas e diretrizes e outros atos complementares necessários ao funcionamento do sistema municipal de meio ambiente e à sua fiscalização, proteção, conservação e melhoria.

**Parágrafo único.** As deliberações do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem – COMAC, constituem complemento deste Regulamento, nos termos da Lei nº 3.789, de 23 de dezembro de 2003, e terão seu processo deliberativo fixado em norma específica.

**Art. 38** O processo e julgamento dos autos de infração em trâmite na Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMA, na data de publicação da Lei nº 3.789, de 23 de dezembro de 2003, seguirão o disposto por este Regulamento.

**Parágrafo único.** Para fins de julgamento dos autos em curso, serão consideradas as regras procedimentais previstas para as infrações leves, e mantidos os valores estabelecidos quando da autuação.

**Art. 39** Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Contagem - COMAC.

**Art. 40** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 41** Revogam-se as disposições em contrário.



Palácio do Registro, em Contagem, aos 26 de abril de 2004.

**ADEMIR LUCAS GOMES**  
Prefeito de Contagem